

Hospitais públicos enfrentam superlotação de até 394%

HC e PUC registram superlotação e Mário Gatti enfrenta casos de superbactéria

Fernanda Sunega/Prefeitura de Campinas

Por Moara Semeghini



Atendimento no Hospital Ouro Verde, em Campinas

Hospitais que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em Campinas enfrentam um cenário de forte pressão sobre a rede hospitalar. O Hospital de Clínicas (HC) da Unicamp registra 394% de ocupação na Unidade de Emergência Referenciada (UER) adulto, enquanto o Hospital PUC-Campinas informou que o pronto-socorro opera com 365% de ocupação. Já os hospitais municipais Mário Gatti e Ouro Verde, que integram a Rede Mário Gatti, trabalham com ocupação entre 93% e 100% dos leitos, segundo a Secretaria de Saúde. O cenário ocorre em meio a uma demanda elevada por atendimentos e também ao fechamento temporário da UTI adulto do Hospital Mário Gatti para novas internações após a identificação de casos de bactéria multirresistente, conhecida como superbactéria.

No Hospital PUC-Campinas, que atende pacientes do SUS, a situação levou a instituição a adotar medidas emergenciais. De acordo com nota oficial, o pronto-socorro registra ocupação muito acima da capacidade instalada e atualmente 25 pacientes aguardam cuidados intensivos, enquanto 49 estão acomodados em macas nos corredores, devido à alta demanda por atendimento. Diante da superlotação, o

hospital informou que cirurgias eletivas foram canceladas por período indeterminado e que, no momento, não tem condições de receber novos casos encaminhados pelo SUS. Segundo o hospital, será necessário que a Regulação Municipal redirecione pacientes para outras unidades da rede estadual para garantir a continuidade da assistência.

A situação também é crítica no Hospital de Clínicas da Unicamp. A superintendência informou que a Unidade de Emergência Referenciada adulto opera com 394% de

ocupação, o que provoca sobrecarga na estrutura física, equipamentos e recursos humanos. Diante do quadro, o hospital adotou medidas de restrição no atendimento, priorizando casos de maior gravidade encaminhados por órgãos reguladores, como o Departamento Regional de Saúde (DRS-7), a Central Estadual de Regulação de Vagas, além do SAMU, Corpo de Bombeiros e Grupamento Águia da Polícia Militar.

Na rede municipal, a Secretaria de Saúde informou que nenhum

paciente que necessita de internação deixa de ser atendido na Rede Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar. A ocupação dos leitos nos hospitais Mário Gatti e Ouro Verde varia entre 93% e 100%, com alta rotatividade de pacientes. Em média, 30 pacientes recebem alta e outros 30 são admitidos diariamente em cada hospital municipal.

A Secretaria de Saúde do Estado se comprometeu a publicar em até 15 dias um chamamento público para viabilizar até 100 novos lei-

tos do SUS na cidade, que deverão funcionar na Casa de Saúde.

Em nota, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo informou que também deve publicar nos próximos dias um chamamento público para a contratação de 2.760 procedimentos mensais, entre cirurgias, internações e leitos de UTI, com investimento estimado em R\$ 4,2 milhões por mês para reforçar a capacidade assistencial na região de Campinas. Segundo a pasta, o Departamento Regional de Saúde acompanha de forma contínua a regulação de pacientes e mantém diálogo com o município para ampliar a oferta de leitos e serviços e reiterou que o projeto do Hospital Metropolitano está em fase final, com previsão de publicação da licitação para construção da unidade nos próximos dias.

Superbactéria

O cenário de pressão sobre a rede hospitalar ocorre no momento em que o Hospital Municipal Dr. Mário Gatti enfrenta um episódio envolvendo bactéria multirresistente, o que levou ao fechamento temporário da UTI adulto para novas internações. A medida foi adotada após a identificação de pacientes colonizados pela bactéria e faz parte do protocolo de controle de infecção hospitalar para evitar a disseminação do microrganismo.

Estado formaliza terreno do Metropolitano

Governo de SP

Por Moara Semeghini

O governo de São Paulo anunciou na terça-feira (10) a formalização da doação do terreno onde será construído o Hospital Metropolitano de Campinas. A área, no bairro Parque Itália, foi oficialmente doada pela prefeitura ao Estado em 22 de dezembro, após aprovação de lei pela Câmara Municipal e sanção do prefeito Dário Saadi. A formalização foi anunciada pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) por meio de decreto que autoriza o recebimento do imóvel sem ônus ou encargo e destina o terreno à Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo para a construção da nova unidade hospitalar.

Apesar do avanço administrativo, a construção do hospital ainda depende da publicação do edital de licitação para o início das obras. O projeto segue em fase preparatória e passa pelas etapas finais de consolidação, incluindo a conclusão dos projetos executivos, definição

do orçamento detalhado da obra e aprovações internas. Concluídas essas etapas, o governo estadual afirma que o edital para a construção do hospital deve ser publicado nas próximas semanas.

A legislação municipal que autorizou a transferência do terreno estabeleceu duas condições para o governo estadual: a construção efetiva do hospital no local e a formalização da cessão de uso ao município do imóvel onde funciona atualmente o Caps AD Sudoeste. Apesar da formalização do terreno, a construção da unidade ainda depende da publicação da licitação para contratação da obra. Em fevereiro, a Secretaria de Estado da Saúde informou que o edital seria divulgado "em breve", enquanto o projeto assistencial do hospital passava por revisão técnica para adequação às necessidades da região.

No início do mês, o governador Tarcísio de Freitas também havia afirmado que a abertura da licitação estava prevista para o segundo semestre deste ano.

A previsão inicial do governo estadual era de colocar o hospital em funcionamento em até 24 meses após o início das obras.

O Hospital Metropolitano deve atender cerca de 4,6 milhões de moradores da região e terá investimento estimado em aproximadamente R\$ 400 milhões.

Segundo o governo estadual, a unidade contará com 262 leitos gerais, além de 50 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI). A estrutura também prevê centro cirúrgico com oito salas de grande porte, 24 leitos de recuperação pós-anestésica, 20 leitos de hemodiálise e 24 leitos de observação no pronto atendimento. O hospital também deve contar com serviços de radioterapia e quimioterapia e pronto-socorro referenciado.

A unidade fará atendimentos de média e alta complexidade em especialidades como oncologia, neurocirurgia, ortopedia, cardiologia, urologia, cirurgia vascular, cirurgia plástica e psiquiatria.



Decreto autoriza recebimento do imóvel ao estado